

Brasil tentará acordo em 30 dias

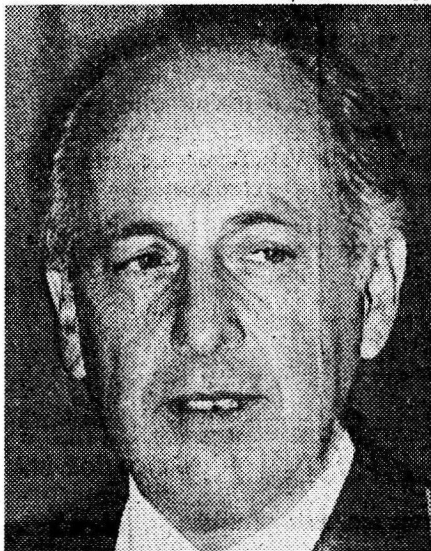
Arquivo — 19/03/87

MONTEVIDÉU — O presidente José Sarney anunciou, ontem, que dentro de 30 dias o Brasil iniciará suas negociações com os credores estrangeiros para chegar a um acordo que permita o fim da moratória. Explicou que esse prazo é necessário para que o país tenha um novo plano econômico para enfrentar seus atuais problemas internos e externos. Durante o voo entre Brasília e o Uruguai, Sarney ouviu do ministro Bresser Pereira uma exposição sobre o andamento dos preparativos desse novo plano econômico, que inclui uma posição firme frente aos credores, com uma série de reivindicações específicas.

Sarney não quis antecipar as linhas gerais dessa estratégia, mas outras fontes de sua comitiva revelaram algumas diretrizes que já estão praticamente decididas na alta cúpula do governo. Será relançada, por exemplo, a limitação das transferências de recursos líquidos aos credores de 2,5% do PIB. Apesar de o ex-ministro Dilon Funaro ter lançado essa mesma determinação, o Brasil vinha pagando mais de 5% do PIB aos credores estrangeiros.

Bresser Pereira deseja também alterar até o vocabulário da negociação. De agora em diante, por exemplo, os negociadores não falarão mais de dinheiro novo ou dinheiro fresco, pois se considera que isso é uma invenção dos banqueiros ligada a seus interesses. Esses recursos que os bancos precisam continuar concedendo ao Brasil são, de acordo com a nova terminologia do Ministério da Fazenda, "refinanciamento dos juros".

O Brasil está se preparando para ir à mesa de negociações com uma proposta que inclui também uma considerável redução na taxa de



Luiz Carlos Bresser Pereira

risco (*spreads*), considerando os últimos resultados conseguidos por outros devedores. O objetivo é chegar à mesma taxa de risco do México, de 0,8% acima das taxas de juros, no lugar dos 1,25% que estão sendo cobrados atualmente.

A questão da dívida externa foi predominante na reunião trilateral realizada ontem, no auditório da sede do governo uruguaio, com a presença dos presidentes, ministros da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil, Argentina e do Uruguai. O aumento das taxas de juros internacionais, a queda do dólar e outros

complicadores do quadro financeiro internacional foram analisados pelo ministro argentino, Juan Sourrouille, sob um ponto de vista sombrio, quanto às perspectivas imediatas da crise da dívida externa.

O presidente uruguaio, Julio María Sanguinetti, explicou aos seus colegas e demais visitantes os termos da carta que enviará aos integrantes do Grupo dos Sete (nações industrializadas, em nome do Consenso de Cartagena (11 principais devedores latino-americanos)). O documento, redigido a propósito da próxima reunião dos Sete em Veneza, ressalta o agravamento da crise da dívida e reitera o pedido de um tratamento político.

O Grupo de Cartagena pede ao dos Sete "adequação do serviço da dívida à capacidade real de pagamento de cada país devedor, reduções efetivas das taxas de juros nominais para aproximá-las aos níveis reais históricos, uma separação da dívida atual da futura, eliminação ou limitação ainda mais forte das margens de intermediação bancária, reprogramação a longo prazo dos vencimentos e um decidido compromisso com os objetivos de liberalização e expansão do comércio que assegure a capacidade de pagamento".

O presidente José Sarney declarou, durante uma entrevista coletiva com seus colegas Alfonsín e Sanguinetti, que o Brasil está convencido de que sua decisão de adotar a moratória ajudou bastante os demais devedores, que conseguiram melhores termos em suas renegociações. (RCA)

Editorial "Hora de governar"
